

Alerta Legislação nº 37, de 07 a 12 set. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/09/2026	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.391, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026</u> Autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel e suas correntes, com a finalidade de garantir o fornecimento de óleo diesel e suas correntes em todo o território nacional, enquanto houver instabilidade na oferta de combustíveis decorrentes de conflitos geopolíticos, e dispõe sobre o tratamento tributário dos depósitos a prazo sem emissão de certificado para fins do imposto de que trata a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994.
10/09/2026- Edição extra	<u>LEI Nº 15.502, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais.
10/09/2026	<u>LEI Nº 15.501, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), e altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para autorizar a constituição de subsidiárias e controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para adequar normas operacionais de garantia para operações de Seguro de Crédito à Exportação. <u>DECRETO Nº 13.116, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de gasolina e suas correntes, exceto gasolina de aviação, e de etanol hidratado combustível.

09/09/2026	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.390, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 375.000.000,00, para o fim que especifica. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.389, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 6.605.000.000,00, para os fins que especifica.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 89, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, que "Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de agosto de 2026. Brasília, 4 de setembro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 88, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.377, de 16 de julho de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, da Advocacia-Geral da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 13.285.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 4 de setembro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 87, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.376, de 15 de julho de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a criação de linhas de crédito para composição

de dívidas para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural e autoriza a participação da União em fundo garantidor destinado à cobertura de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 4 de setembro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 86, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.354, de 30 de abril de 2026](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 17.000.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de agosto de 2026.

Brasília, 4 de setembro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 85, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026](#), que "Altera a [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#), para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, e autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus ou implementos rodoviários, desde que os veículos atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de agosto de 2026.

Brasília, 4 de setembro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 84, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.352, de 28 de abril de 2026](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 26 de agosto de 2026.

Brasília, 4 de setembro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 83, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz

	saber que a Medida Provisória nº 1.351, de 27 de abril de 2026, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 330.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 25 de agosto de 2026. Brasília, 4 de setembro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2026</u> Autoriza a República Federativa do Brasil, no interesse do Ministério da Fazenda, a contratar operação de crédito externo com o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), no valor de US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América). <u>RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2026</u> Autoriza a República Federativa do Brasil, no interesse do Ministério da Fazenda, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América).
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 234, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Define as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, no período de avaliação de 1º de julho de 2026 a 30 de junho de 2027. → Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 235, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera a Portaria Normativa AGU nº 213, de 31 de março de 2026, que dispõe sobre a transação por adesão no contencioso de relevante e disseminada controvérsia jurídica na cobrança de créditos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral da União → Agência Brasileira de Inteligência <u>PORTARIA GAB/DG/ABIN/CC/PR Nº 4.628, DE 28 DE JULHO DE 2026</u> Aprova o regulamento sobre a utilização do aplicativo institucional de comunicação segura MSG GOV no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. → Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento <u>RESOLUÇÃO CGPAC Nº 15, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026</u>

	Discrimina ações para compor o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC e define ações a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Ministério da Agricultura e Pecuária	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>RESOLUÇÃO CD Nº 61, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Aprovar a Instrução Normativa nº 158 de 09 de setembro de 2026, que estabelece procedimentos e critérios para a titulação de áreas destinadas à implantação de infraestrutura de interesse público, social ou econômico em favor de associações ou de outras entidades legalmente constituídas ou integradas por assentados, nos termos do art. 43 do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, no âmbito dos projetos de assentamento da reforma agrária. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 158, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Estabelece procedimentos e critérios para a titulação de áreas destinadas à implantação de infraestrutura de interesse público, social ou econômico em favor de associações ou de outras entidades legalmente constituídas ou integradas por assentados, no âmbito dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 2.715, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera o Anexo II da Portaria MF nº 2.423, de 13 de agosto de 2026, que autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em operações destinadas à composição de dívidas previstas no art. 1º da Medida Provisória nº 1.376, de 15 de julho de 2026. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.340, DE 4 DE SETEMBRO DE 2026</u> Autoriza a composição de dívidas não enquadradas na Resolução CMN nº 5.330, de 23 de julho de 2026, que dispõe sobre a contratação, pelas instituições financeiras, de linha de crédito rural para composição de dívidas rurais para liquidação ou amortização de operações de crédito rural. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 25, DE 9 DE AGOSTO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS - RIBPG <u>RESOLUÇÃO RIBPG/MJSP Nº 14, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos para coleta, documentação, análise, classificação, inserção, manutenção e exclusão de perfis genéticos de pessoas submetidas à identificação genética para fins criminais na Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG.

Ministério da Previdência Social	SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC <u>PORTARIA PREVIC Nº 702, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui o Comitê de Governança Digital e de Dados, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. <u>PORTARIA PREVIC Nº 701, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui a Política de Governança de Dados - PGDados no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária → 4ª Diretoria → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.524, DE 4 DE SETEMBRO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.479, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) → SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE (SVS) SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA SE/MS Nº 979, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA <u>PORTARIA SAF/MDA Nº 373, DE 4 DE SETEMBRO DE 2026</u> Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIT) <u>RESOLUÇÃO CIT Nº 42, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a utilização do diagnóstico periódico de conectividade das unidades públicas de atendimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para subsidiar a definição dos parâmetros de priorização para ações de conectividade no âmbito do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST. <u>RESOLUÇÃO CIT Nº 41, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026</u>

	Altera a Resolução CIT nº 01, de 7 de fevereiro de 2023, que pactua a instituição do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social, e os critérios de partilha do financiamento federal do Programa no exercício de 2023 e dá outras providências. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 23, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Estabelece as regras e orientações técnicas sobre Cadastro Domiciliar para fins de inclusão e atualização de dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF Nº 175, DE 16 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Comitê Executivo do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex e dispõe sobre a gestão das soluções de tecnologia de informação que integram o Siscomex. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO <u>PORTARIA Nº 550, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar - Consolidado.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 181, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera a Portaria Ibama nº 64, de 13 de abril de 2026, que autoriza o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) a contratar Brigadas Federais para a prevenção e combate aos incêndios florestais.
Ministério do Trabalho e Emprego	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.161, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Autoriza o resgate de cotas do FI-FGTS, objeto de retorno das operações de investimento e das aplicações das disponibilidades. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.160, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Altera o art. 23 da Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, para ampliar o prazo máximo de amortização das operações de crédito destinadas às áreas orçamentárias de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana e às operações de Habitação Popular contratadas pelos demais mutuários. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.159, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Estabelece as diretrizes do Programa Saneamento para Todos.

	<u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.158, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Aprova a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para o exercício de 2026 e dos orçamentos plurianuais de aplicação para o período 2027 a 2029.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/09/2026	<u>DECRETO Nº 70.856, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui a Medalha do "Cinquentenário do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar do Interior " e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.855, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar estudos e apresentar propostas de ações destinadas ao fortalecimento da competitividade da cadeia produtiva do setor sucroenergético paulista.
10/09/2026	<u>DECRETO Nº 70.847, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026</u> Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 4 de outubro de 2026, em primeiro turno, e 25 de outubro de 2026, em segundo turno, se houver.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 61, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026</u> Outorga a Medalha do Mérito Cooperativista no ano de 2025.
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 47, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a delegação de atribuição para a celebração de Termos de Fomento, regidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelo Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016, e de Convênios, regidos pelo Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, ambos decorrentes de emendas parlamentares, bem como para a designação de gestores e de responsáveis pelo monitoramento e pela avaliação das respectivas parcerias, nos termos do artigo 6º, § 2º, do Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016, que regulamenta, no âmbito do Estado de São Paulo, a Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 88, DE 4 DE SETEMBRO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Programa Alfabetiza Juntos SP, o Projeto Estadual de Bolsas de Apoio Técnico à Política Territorial de Alfabetização — Bolsa Alfabetiza Juntos SP — e dá providências correlatas SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA ↳ Diretoria de Pessoas <u>PORTARIA DIPES Nº 56, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos ao levantamento, à conferência, à confirmação e à validação das vagas destinadas ao Concurso de Remoção – 2026, relativas aos cargos das classes de docentes do Quadro do Magistério, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-26, DE 09-09-2026</u> Dispõe sobre o bloqueio cautelar de saldos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores a 2026, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo abrangidos pelo “caput” do artigo 2º do Decreto nº 70.333, de 12 de janeiro de 2026, e dá providências correlatas.
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.845, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a Política de Governança, Compartilhamento e Proteção de Dados da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), altera a Deliberação ARSESP nº 147/2010, 360/2012, 1.143/2021, 1.543/2024 e 1.690/2025
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 185, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026</u> Dispõe sobre a transferência de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, aos fundos municipais, correspondente ao Incentivo à Gestão Municipal do SUS São Paulo (IGM SUS Paulista), conforme descrito no teor da presente resolução e dá providências decorrentes:
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 26, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp 2027 e dá outras providências.

Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
10/09/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 839/2026, DE 10/09/2026</u> Dispõe sobre o fornecimento voluntário de alimentação e demais cuidados a animais domésticos em situação de vulnerabilidade, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 837/2026, DE 10/09/2026</u> Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Formação e Contratação de Cuidadores Domiciliares no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 836/2026, DE 10/09/2026</u> Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, sem prejuízo da tutela dos demais consumidores, nas relações de consumo, garantindo o direito ao atendimento presencial humano e vedando práticas abusivas decorrentes da imposição exclusiva de meios digitais de atendimento, nos termos da <u>Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</u> – Código de Defesa do Consumidor.
09/09/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 835/2026, DE 09/09/2026</u> Dispõe sobre o atendimento preferencial, prioritário e diferenciado aos profissionais da contabilidade no âmbito das repartições públicas do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>